



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

EDITAL **PROCESSO Nº 86/2026** **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026**

1 - PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS**, com sede na Av. Francisco Alves da Silva - 443, centro de Deodópolis - MS, conforme formalização das demandas das Secretarias, expedidas no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, através de **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, Tipo de Julgamento **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, nos termos da LEI nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei complementar 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por pessoa física capacitada, denominado Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br/>

1.2.1. Recebimento das propostas: do dia **10/6/2026**, às **8h30**, ao dia **24/6/2026**, às **9h00** (Horário do DF).

1.2.2. Início da sessão de disputa de preços às **9H15**, do dia **24/6/2026**, os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário do Distrito Federal**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.2.3. Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa;

1.3. FORMALIZAÇÕES DE CONSULTA/ENCAMINHAMENTOS:

- a) Local: plataforma LICITANET - site: <https://www.licitanet.com.br/>
- b) Pregoeiro: [Jean Martins Sobral](#)
- c) Email: editaisprefeituradeodapolis@gmail.com
- d) Telefone: (67) 2180 - 0805.

1.4. O Edital do Pregão Eletrônico encontra-se a disposição dos interessados na Plataforma da LICITANET; site: <https://www.licitanet.com.br/>

1.4.1. site www.deodapolis.ms.gov.br no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Deodópolis - MS, no endereço e-mail editaisprefeituradeodapolis@gmail.com

2 - DO OBJETO

3.4. Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Gerenciamento de Sistema Integrado para abastecimento de Combustíveis para atender as necessidades das Secretarias do município de Deodópolis - MS, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, estabelecidos no Termo de Referência - Anexo VI deste Edital.

3.5. A licitação será em grupo único, conforme especificado no Termo de Referência, com critério de julgamento maior percentual de desconto na taxa de administração, ou seja, menor taxa de administração. Os valores são estimados e servem como referência do montante que a Prefeitura Municipal de Deodópolis - MS pretendem contratar, bem como para realizar o cálculo da taxa de administração proposta.

3.6. A licitação será realizada em grupo único, devendo a licitante oferecer todos os itens, oferecendo o maior percentual de desconto na taxa de administração no valor global.

3.7. A licitação será realizada em grupo único, conforme Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta contendo o desconto na taxa da administração sobre o valor global de referência do item 1.1 do anexo VI - Termo de Referência.

3.8. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Maior Percentual de Desconto sobre o valor global;

3.9. Valor total estimado para prestação dos serviços é **R\$ 3.958,20,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e oito mil e vinte reais)**, a aplicação do **percentual estimado de desconto de 0,98%** resulta em um **valor estimado de desconto de R\$ 79.161,00 (setenta e nove mil cento e sessenta e um reais)**, perfazendo um **valor estimado da contratação de R\$ 3.878,859,00 (três milhões oitocentos e setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais)**.

4. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação qualquer sociedade empresarial ou simples regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e em seus Anexos, bem como que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento no sítio eletrônico site <http://www.licitanet.com.br>

4.1.1. As empresas não cadastradas no SISTEMA, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.licitanet.com.br/> para mais informações ligar no telefone 034.2512 6500 whatsapp 34 30146633.

4.1.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal LICITANET, no ato da abertura do Pregão.

4.2. O licitante que participar através da matriz da empresa deverá apresentar a documentação desta; havendo a participação da filial, seus documentos é que deverão ser apresentados, salvo quando os documentos emitidos em nome da matriz forem extensíveis às filiais.

4.2. Não poderão participar da presente licitação duas ou mais empresas que integrem o mesmo grupo econômico ou estejam sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, bem como as empresas que:

4.2.1. Encontrarem-se em situação de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

4.2.2. Estiverem suspensas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública Estadual.

4.2.3. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

4.2.4. Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

4.2.5. Empresas enquadradas nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, da Lei de Licitações.

4.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4. Instituições sem fins lucrativos.

4.5. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU – Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.7. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.7.1. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.7.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.7.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.8. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema plataforma eletrônica *Licitanet*, suas propostas até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

5.2. O menor desconto aceitável é de 2% (dois por cento), negativo a qual foi definida considerando a média das taxas apuradas na pesquisa de estimativa de taxa (considera-se 2% igual 0,98 para formulação dos lances).

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3.1. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, o qual pagará a Licitanet, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 e suas alterações.

5.3.2. A chave de identificação e a senha poderão ter validade de até 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Licitanet, devidamente justificado.

5.3.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Licitanet, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo a indicação da taxa de administração em percentual, conforme item 5.2 deste edital.

6.1.1. O desconto na taxa de administração deverá ser grafado em algarismos arábicos e por extenso. Havendo divergência entre o valor em algarismos arábicos e o por extenso, prevalecerá o extenso;

6.1.2. O valor cotado para a taxa de administração deverá contemplar no máximo, até três casas decimais depois da vírgula;

6.1.3. Os percentuais cotados serão fixos e irredutíveis;

6.2. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores a receber de taxa de administração pelo gerenciamento do sistema, caso positiva, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

6.5. O desconto na taxa de administração ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aceitação.

6.8. As regras de obtenção dos valores estimados de cada item estão descritas no Termo de Referência.

6.9. Os licitantes devem respeitar os valores máximos de taxas de administração estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, conforme o caso.

6.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados, que resultem na prática de superfaturamento, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul - TCEMS e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.10. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, nas fichas técnicas ou documentos, antes do término da fase competitiva do pregão.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, conforme descrito no item 6.10 deste Edital.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do desconto da taxa de administração consignado no registro - valor em decimais, conforme especificado no item 5.2. deste edital.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo DESCONTO GLOBAL NA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, conforme item 5.2 deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto na taxa de administração superior por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.11. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor taxa de administração.

7.12. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.13. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado - menor taxa de administração -, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o desconto de sua proposta.

7.19. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.20. Para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, nas regras do item 5.2, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. Na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior a melhor classificada.

7.25. Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.26. O sistema eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.

7.27. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, a priori, lance cujo percentual seja manifestamente inexequível. Nessa situação, a licitante será convocada a demonstrar a exequibilidade de sua proposta

7.28. O percentual mínimo de desconto na taxa de administração aceitável para a contratação será tornado público no Termo de Referência.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o maior desconto na taxa de administração, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31 Após a negociação do desconto na taxa de administração, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do desconto em relação ao máximo estipulado para contratação no Termo de Referência;

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8.2.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência - Anexo II;

8.2.3. Apresente desconto que torna o preço manifestamente inexequível, obedecidas as regras descritas nesse edital.

8.3. Considera-se inexequível a proposta de percentual de desconto que:

8.3.1. Comprovadamente, seja insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

8.3.2. Resulte em um ou mais valores da planilha de custos que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.3.3. Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao desconto e produtividade adotada.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custos readequadas com o desconto final ofertado, quando cabíveis.

8.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Setor Requisitante da contratação e/ou pela Comissão de Elaboração e Análise de Planilhas de Custos desta Prefeitura de Deodópolis, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro pelo chat, através do Sistema Eletrônico Licitanet.

8.8. Se a proposta ou o lance de menor taxa de administração não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de

classificação, e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido percentual melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Anexo - II, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.6. Não será exigido vistoria prévia do local, caso a licitante optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Prefeitura data e horário exclusivos, a ser agendado junto a Secretaria de Administração, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.7. A habilitação será enviada digital, conforme solicitação do pregoeiro após o encerramento dos lances via plataforma conforme anexo II, ou de acordo com item 9.9.1 do edital.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma Licitanet e Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e declaração unificada, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA/DOCUMENTOS VENCEDORA

10.1. A proposta final readequada e documentos de habilitação do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.2. Ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

10.3. Os descontos na taxa de administração deverão ser expressos em até três casas decimais após a vírgula, em algarismos, de acordo com o item 5.2.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os algarismos e o percentual por extenso, prevalecerá o segundo.

10.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de percentual ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.9. A proposta que contenham a descrição do objeto, o percentual de desconto na taxa de administração e os documentos complementares, estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.10. Os licitantes encaminharão os documentos necessários para habilitação exigida no edital em formato digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema até o horário estabelecido no item 10.1.

10.10.1. No caso de não constar expressamente prazo de validade nas certidões referente à Habilitação deste edital, somente serão aceitas àquelas expedidas com até 60 (sessenta) dias anterior à data da realização da presente licitação.

10.11. Os documentos poderão ser encaminhados com autenticação digital ou cópia simples.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação [da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico site <http://www.licitanet.com.br>

13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia adicional de execução para a presente contratação.

16. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco), dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei 14.133 de 1º de abril de 2021, o contratado que:

- a) der causa a inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa a execução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.2. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

19.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.6. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

19.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site <http://www.licitanet.com.br> e estará disponível junto ao Setor de Licitações do Município de Deodápolis - MS; bem como publicado no Diário Oficial do Município: www.deodapolis.ms.gov.br

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo - I	Modelo da Proposta de Preços
Anexo - II	Relação dos Documentos de Habilitação
Anexo - III	Modelo Declaração Unificada
Anexo - IV	Ata de Registro de Preços
Anexo - V	Minuta do Contrato
Anexo - VI	Termo de Referência

Deodápolis - MS, 8 de junho de 2026.

PAULO EDUARDO FIRMINO SIQUEIRA
Secretário Municipal de Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO - I

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social da empresa:.....
CNPJ Nº:Inscrição Municipal nº:.....
Endereço:.....
Fone:..... Email:.....
Sócio Responsável do Contrato:.....
CPF nº:RG nº:órgão exp:
Endereço:.....
Fone:E-mail:
Nome do banco, agência e número da conta bancária:.....

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Pregoeiro - Município de Deodópolis - MS

Referente: Pregão Eletrônico nº 30/2026

Processo: 86/2026

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores, nossa proposta de preços relativa ao REGISTRO DE PREÇOS PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - MS**, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, estabelecidos no Termo de Referência - Anexo VI do Edital, como segue:

Lote	Secretarias/Serviços	Valor R\$
1	Fundo de Saúde	800.000,00
	Agência de Habitação	12.000,00
	Agência de Produção	175.000,00
	Esporte, Cult. e Turismo	39.000,00
	Infraestrutura	1.725.000,00
	Gabinete	150.000,00
	Finanças	58.320,00
	Agência de Trânsito	8.700,00
	Fundo de Assist. Social	60.000,00
	Educação	900.000,00
	Defesa Civil	30.000,00
	VALOR A SER ADMINISTRADO	
	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com a utilização de cartão magnético de gerenciamento para aquisição de combustíveis destinados a frota de	

	veículos da Prefeitura, conforme descrito no Termo de Referência, Anexo - VI	
Taxa de Administração.		%
VALOR PROPOSTO R\$		

O valor total a ser administrado de acordo com o objeto é de R\$ **3.958,020,00 (três milhões novecentos e cinquenta e oito mil e vinte reais)**, com a apresentação de desconto na taxa de administração de% (..... por cento), resultando no valor total proposto de R\$ (.....).

- I. Esta empresa se compromete a prestar os serviços conforme as especificações e exigências do Edital e seus anexos, bem como do contrato a ser celebrado.

- II. No percentual de desconto da taxa de administração da proposta estão incluídas todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação ou refeição, vales-transportes e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, uniformes, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo para os fornecimentos, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

- III. O Prazo de validade da proposta é de (.....) dias, contados a partir de sua aceitação.

- IV. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Atenciosamente

Assinatura do responsável legal

ANEXO - II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

As empresas interessadas em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 deverão apresentar os documentos abaixo especificados:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, ou alteração consolidada em vigor, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam
- b) Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União em conjunto com Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei.
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipal – sede empresa.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;
- g) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para valerem-se das Leis Complementares 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147, de 07 de agosto de 2014, deverão apresentar, também, Certidão Simplificada Atualizada emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado, de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. As demais empresas enquadradas em outros regimes também devem apresentar a Certidão Simplificada Atualizada emitida pela Junta Comercial.
- h) A Certidão Simplificada Atualizada e o Certificado da Condição de MEI deverão ser emitidos com data inferior a no máximo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura deste Pregão.
- i) **Atestado de capacidade técnica** em nome da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente presta ou prestou Serviços de Administração e Gerenciamento de Despesas. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, identificação do signatário e assinatura do responsável legal, devendo ser comprovado através de cópia do contrato e/ou nota fiscal que deverá ser anexada ao atestado.
- j) Declaração Unificada conforme Anexo - III do edital

Obs: Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026.

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1. DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Declaramos, para os devidos fins, pleno cumprimento dos requisitos de habilitação constantes no Edital do qual este anexo é parte integrante.

2. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: Declaramos, para os devidos fins que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

3. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PESSOA DEFICIENTE/REABILITADO DA PREVIDÊNCIA: Declaramos, para os fins, que a empresa atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4. DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO: Eu,, portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, especialmente para o PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026 que não possuo nenhum vínculo com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE: Declaramos para os devidos fins, que a empresa não está impedida de participar em licitação ou de contratar com a Administração, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando portanto, apta a contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026, que: assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; que comprometemo-nos a manter, durante toda a execução do prazo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; que comprometemo-nos a cumprir os PRAZOS exigidos neste edital; que comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato; que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e seus Anexos.

7. DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGA MENOR: Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do **art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

8. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE: Declaramos para os devidos fins, que a empresa disponibiliza de todos os equipamentos, instalações e pessoal técnico especializado necessário e essenciais para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, bem como, de que tem pleno conhecimento da natureza dos serviços.

9. DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS: Declaramos para os devidos fins que a nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10. DECLARAÇÃO DE REDE CREDENCIADA: Declaramos para os devidos fins, que a empresa possuirá rede credenciada e que os estabelecimentos atenderão os critérios definidos no Anexo VI - Termo de Referência.

Nome e Assinatura Rep. Legal da empresa

ANEXO - IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026

PROCESSO Nº 86/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

O MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS - MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.903.176/0001- 41, com sede Administrativa na Av. Francisco Alves da Silva nº 443, centro, CEP 79.790 - 000, **GERENCIADOR** desta ata, sendo participantes as **SECRETARIAS/FUNDO/DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE**, representada pelo **Sr. (a).....**, brasileiro (a), solteiro (a), Secretário (a) de, residente e domiciliado (a) a Rua..... nº, Bairro....., na cidade de - MS, portador do RG n..... SSP/....., CPF n....., doravante denominada **PARTICIPANTES**; e a(as empresa(as)_ pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº(...) com sede (...), neste ato representada pelo(a) sócio(a) (...), portador do RG nº (...), inscrito no CPF sob o nº (...), doravante denominado apenas por **FORNECEDOR(RES)**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DOS RECURSOS FINANCEIROS: O objeto desta ata é o registro de preço para **Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Gerenciamento de Sistema Integrado para abastecimento de Combustíveis para atender as necessidades das Secretarias do município de Deodápolis - MS.**

§1º. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e obrigações desta Ata.

§2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026 e seus anexos.

3º. As condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no Termo de Referência e no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

§4º. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos constante das dotações orçamentárias constantes no Termo de Referência edital do PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026, parte integrante desta Ata.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os valores estimados das secretarias e a taxa de administração registrada, são as que seguem

Lote	Secretarias/Serviços	Valor R\$
1	Fundo de Saúde	800.000,00
	Agência de Habitação	12.000,00
	Agência de Produção	175.000,00
	Esporte, Cult. e Turismo	39.000,00
	Infraestrutura	1.725.000,00
	Gabinete	150.000,00
	Finanças	58.320,00

Agência de Trânsito	8.700,00
Fundo de Assist. Social	60.000,00
Educação	900.000,00
Defesa Civil	30.000,00
VALOR A SER ADMINISTRADO	3.958,020,00
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com a utilização de cartão magnético de gerenciamento para aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos da Prefeitura, conforme descrito no Termo de Referência, Anexo - VI.	%
Taxa de Administração.	
VALOR PROPOSTO R\$	

§1º. Nos preços registrados encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, acima relacionado.

CLÁUSULA III - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA: A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

CLÁUSULA IV - DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS: A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- III. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§4º. Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as disposições supracitadas. O preço unitário de cada item deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta;

§5º. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, tributos e outras. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

§6º. O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto/serviços, quando solicitado pela Secretaria responsável, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

§7º. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo à Prefeitura de DEODÁPOLIS - MS a análise e deliberação a respeito do pedido. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§8º. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, a Prefeitura de DEODÁPOLIS - MS poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva (se houver), para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

§9º. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a PREFEITURA DE DEODÁPOLIS - MS poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§10. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela PREFEITURA DE DEODÁPOLIS - MS, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. Liberado o FORNECEDOR, a Prefeitura de Deodápolis - MS poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

CLÁUSULA V - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Prefeitura Municipal de DEODÁPOLIS - MS ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos. A gestão e fiscalização ficará a cargo do agente público indicado pela Secretaria Municipal de.....; o (a) Sr.(a).....nomeado pela Portaria nº.....

CLÁUSULA VI - DA RESCISAO: - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA VII - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame vigorará por 12 meses contados a partir de sua assinatura, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Fica estabelecida a **possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços**, nos termos do § 4º do art. 84 da Lei n° 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o interesse da Administração.

Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, **admite-se, a renovação do quantitativo originalmente registrado**, com vistas a atender às necessidades da Administração durante o Período prorrogado.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES E DA OBRIGAÇÕES DAS PARTES: As penalidades e a obrigação das partes são as constantes do Edital, Termo de Referência e seus anexos do PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- II. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. Tiver presentes razões de interesse público.
- V. For liberado

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

§2º. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

§3º. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela Prefeitura Municipal Deodápolis - MS.

Pelo decurso do seu prazo de vigência;

- I. Se não restarem fornecedores registrados;
- II. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- III. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

§4º. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.

§5º. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, a Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA X - DA PUBLICAÇÃO: O extrato da Ata e os preços registrados serão publicados pelo Município no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA XI - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO: Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA XII - UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES: É vedada a utilização desta ata por órgãos ou entidades não participantes.

CLÁUSULA XVI- DO FORO: Fica eleito o foro da comarca de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando, as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados assinam as partes o presente instrumento em 01 (uma) via.

Deodápolis - MS, / / de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

P/Secretaria Municipal de

Contratante/ Ordenador de Despesas

EMPRESA DETENTORA:

Empresa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO - V

MINUTA DO CONTRATO Nº /2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - MS.

CONTRATANTES: "O FUNDO/MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS", Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva nº 443, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____ - _____, por intermédio da Secretaria/Fundo Municipal de _____, neste ato representada por seu titular e Ordenador de Despesas o(a) Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, Secretário/Diretora Municipal de _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, neste Município, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, _____ portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a), na Rua _____, na cidade de de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 86/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 30/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Gerenciamento de Sistema Integrado para abastecimento de Combustíveis para atender as necessidades das Secretarias do município de Deodópolis - MS**, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, conforme abaixo.

Lote	Secretarias/Serviços	Valor R\$
1	Fundo de Saúde	
	Agência de Habitação	
	Agência de Produção	
	Esporte, Cult. e Turismo	
	Infraestrutura	
	Gabinete	
	Finanças	
	Agência de Trânsito	
	Fundo de Assist. Social	
	Educação	
	Defesa Civil	
	VALOR A SER ADMINISTRADO	
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com a utilização de cartão magnético de		

	gerenciamento para aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos da Prefeitura, conforme descrito no Termo de Referência, Taxa de Administração.	
	VALOR PROPOSTO R\$	%

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados a partir do dia.....2026, até o dia202....

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital do Pregão 30/2026.

3. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo VI do edital.

6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e anexos do edital;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dez dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e nos anexos do edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado da Autorização de Fornecimento, Documentos Fiscal e Trabalhista e Nota Fiscal.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa a execução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

11.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias, Fundos e Gabinete das dotações abaixo discriminadas:

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PROJETO ATIVIDADE: 4077, 4078, 4082, 4068, 4076. FONTE: 500, 600, 621.
- AGÊNCIA DE PRODUÇÃO: PROJETO ATIVIDADE: 4058 - FONTE: 1500.
- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO: PROJETO ATIVIDADE: 4051, 4049 - FONTE: 500.
- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA: PROJETO ATIVIDADE: 4086 - FONTE: 500.
- GABINETE DO PREFEITO: PROJETO ATIVIDADE: 4055 - FONTE: 500.
- SECRETARIA DE FINANÇAS: PROJETO ATIVIDADE: 4053 - FONTE: 500.
- AGÊNCIA DE TRÂNSITO: PROJETO ATIVIDADE: 2003 - FONTE: 500.
- FUNDO DE ASSINTÊNCIA SOCIAL: PROJETO ATIVIDADE: 4114, 4115, 4117, 4118 - FONTE: 500, 660.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: PROJETO ATIVIDADE: 4032 - FONTE: 500, 571, 553.

- COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL: PROJETO ATIVIDADE: 4059 - FONTE: 500.
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO: **PROJETO ATIVIDADE:4000 - FONTE: 500**

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Deodápolis - MS, _____ de _____ de 2026.

 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Secretário Municipal de.....

 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Contratada

Testemunhas:

 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF

ANEXO - VI

TERMO DE REFERÊNCIA
Art. 6, XXIII da Lei 14.133/2021.

I - DO OBJETO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; a:

1.1. Trata-se da análise da viabilidade técnica e econômica para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**, para atender as necessidades das Secretarias participantes, conforme demanda apresentada através dos **DOCUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA DE N.º 195/2026 (Defesa Civil); nº 194/2026 (Educação); nº16/2026 (Assistência Social); nº3/2026 (Trânsito); nº191/2026 (Finanças); nº196/2026 (Gabinete); nº204/2026 (Infraestrutura); nº197/2026 (Produção); nº62/2026 (Saúde); nº 198/2026 (Esporte, Cultura e Turismo) e nº 5/2026 (Habitação)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Total R\$	Secretaria	Quant. por Sec. R\$
1	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO DE GERENCIAMENTO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E DIESEL S-10), A FIM DE ATENDER OS VEÍCULOS OFICIAIS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS/MS.	R\$	3.958,020,00	Fundo de Saúde	800.000,00
				Agência de Habitação	12.000,00
				Agência de Produção	175.000,00
				Esporte, Cult. e Turismo	39.000,00
				Infraestrutura	1.725.000,00
				Gabinete	150.000,00
				Finanças	58.320,00
				Agência de Trânsito	8.700,00
				Fundo de Assist. Social	60.000,00
				Educação	900.000,00
				Defesa Civil	30.000,00
VALOR GLOBAL R\$					3.958,020,00

1.2. O CATSER é **GERAL E GENÉRICO**, devendo ser observadas as descrições conforme este Termo de Referência, ETP e demais documentos.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1. Fica estabelecida a **possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços**, nos termos do § 4º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o interesse da Administração.

1.3.2. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, **admite-se, a renovação do quantitativo originalmente registrado**, com vistas a atender às necessidades da Administração durante o Período prorrogado.

1.4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1.4.1 O **prazo de execução** da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual decorrente,

podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, caso haja interesse da Administração e sejam mantidas as condições mais vantajosas.

1.5. DO PRAZO DE PAGAMENTO

1.5.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos/serviços com apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.6. DO REAJUSTE

1.6.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; b:

2.1 A presente contratação tem por objetivo viabilizar a **prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de sistema informatizado e integrado para gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota municipal**, mediante utilização de cartão magnético ou tecnologia equivalente e rede credenciada de postos de combustíveis. Tal solução visa assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de combustíveis necessários ao funcionamento da frota de veículos, máquinas e equipamentos utilizados pelas diversas secretarias e órgãos da Administração Municipal no desempenho de suas atividades institucionais.

2.2 A disponibilidade regular de combustíveis constitui elemento indispensável para a **manutenção da operacionalidade da frota pública**, sendo condição essencial para a execução de serviços públicos fundamentais à população, como transporte escolar, transporte de pacientes para atendimentos médicos e exames especializados, manutenção de vias urbanas e estradas vicinais, execução de obras públicas, serviços de limpeza urbana, atividades de fiscalização e demais ações administrativas realizadas pelos órgãos municipais. Dessa forma, a contratação busca garantir que tais serviços sejam prestados de maneira contínua, eficiente e sem interrupções, atendendo às demandas da coletividade.

2.3 Além disso, a adoção de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento tem como objetivo **modernizar e aprimorar os mecanismos de controle e gestão da frota municipal**, possibilitando maior transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos. Por meio da utilização de tecnologia de controle, a Administração passa a dispor de ferramentas que permitem monitorar em tempo real as operações de abastecimento, identificar o consumo individualizado por veículo, máquina ou secretaria, além de gerar relatórios gerenciais que auxiliam na tomada de decisões e no acompanhamento da execução contratual.

2.4 Outro objetivo relevante da contratação consiste em promover **maior racionalização e economicidade na aplicação dos recursos públicos destinados à aquisição de combustíveis**, tendo em vista que o modelo de contratação adotado permite a obtenção de desconto sobre os preços praticados no mercado, ampliando a competitividade entre os fornecedores e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Ademais, o controle informatizado contribui para evitar desperdícios, identificar eventuais irregularidades e aprimorar a gestão do consumo de combustíveis.

2.5 Nesse sentido, a presente contratação está alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da **eficiência, planejamento, economicidade e interesse público**, previstos na legislação que disciplina as contratações públicas. Assim, o objetivo da contratação consiste não apenas em garantir o abastecimento da frota municipal, mas também em **aperfeiçoar a gestão administrativa, fortalecer os mecanismos de controle e assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população**.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; c:

3.1 A solução adotada para atendimento da demanda de abastecimento da frota municipal consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de sistema informatizado e integrado para gerenciamento do abastecimento de combustíveis**, mediante utilização de **cartão magnético ou tecnologia similar**, com rede credenciada de postos de combustíveis. Tal modelo permite à Administração Pública realizar o abastecimento de seus veículos de forma organizada, segura e eficiente, garantindo maior controle sobre os gastos públicos, bem como transparência e rastreabilidade das operações realizadas.

3.2 A adoção de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento apresenta relevantes vantagens operacionais, pois permite o **controle detalhado das transações realizadas pela frota**, registrando informações como identificação do veículo, tipo e quantidade de combustível abastecido, data e local da operação, bem como outros dados necessários para o acompanhamento da execução contratual. Além disso, a utilização de rede credenciada de postos de combustíveis proporciona maior flexibilidade logística, permitindo que os veículos da Administração realizem abastecimentos em diferentes estabelecimentos, evitando dependência de fornecedor único e garantindo maior disponibilidade de pontos de abastecimento.

3.3 Sob o aspecto administrativo, o sistema também contribui para o **fortalecimento dos mecanismos de controle interno**, possibilitando a emissão de relatórios gerenciais, acompanhamento do consumo por veículo ou secretaria, definição de limites de abastecimento e monitoramento das operações em tempo real. Tais ferramentas auxiliam a Administração na gestão eficiente da frota municipal, contribuindo para a redução de desperdícios, maior controle das despesas públicas e melhor planejamento das atividades operacionais.

3.4 Quanto ao modelo de contratação, optou-se pela realização de **procedimento licitatório na modalidade pregão**, em conformidade com o disposto no **art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece o pregão como modalidade destinada à contratação de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. No presente caso, trata-se de serviço comum amplamente ofertado no mercado, sendo plenamente possível a definição objetiva das condições de prestação do serviço no instrumento convocatório.

3.5 Adicionalmente, a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, mecanismo previsto no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, que permite à Administração registrar os preços ofertados pelos licitantes para futuras contratações, conforme a necessidade do órgão ou entidade durante o período de vigência da ata. Essa sistemática revela-se especialmente adequada para contratações de natureza estimativa e de consumo contínuo, como é o caso do abastecimento da frota municipal, pois permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos demandados, evitando contratações desnecessárias e garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.6 No que se refere ao **critério de julgamento das propostas**, será adotado o **maior percentual de desconto**, em conformidade com o disposto no **art. 33 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece que o julgamento das propostas poderá ser realizado com base em critérios como menor preço ou maior desconto. No caso específico da contratação de combustíveis, a adoção do critério de maior desconto sobre os preços de referência praticados no mercado mostra-se adequada, pois permite maior aderência entre os valores pagos pela Administração e os preços efetivamente praticados no mercado durante a execução contratual, considerando as constantes oscilações no preço dos combustíveis.

3.7 Dessa forma, considerando as características da contratação, as alternativas disponíveis no mercado e os dispositivos legais aplicáveis, conclui-se que a realização da contratação por meio de **pregão eletrônico, com utilização do sistema de registro de preços e critério de julgamento pelo maior percentual de desconto**, mostra-se plenamente adequada e alinhada às disposições da **Lei nº 14.133/2021**, assegurando o atendimento do interesse público, bem como a observância dos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e planejamento**, que regem as contratações públicas.

3.8 DA NÃO ABERTURA PARA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

3.8.1 Na elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, referente à **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de sistema informatizado e integrado para gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota municipal**, mediante utilização de cartão magnético e rede credenciada de postos, avaliou-se a necessidade de abertura do procedimento de **Intenção de Registro de Preços – IRP**.

3.8.2 Contudo, verifica-se que, nos termos do **art. 9º, § 2º do Decreto Municipal nº 046/2024, de 25 de abril de 2024**, admite-se a **dispensa da realização do procedimento público de Intenção de Registro de Preços quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante** da ata a ser formada. No presente caso, a contratação visa atender **exclusivamente às demandas da Administração Municipal**, contemplando o abastecimento da frota utilizada pelas diversas secretarias e órgãos vinculados ao Município.

3.8.3 Ademais, considerando a natureza do objeto e as especificidades da contratação, a eventual abertura da IRP poderia acarretar **maior complexidade administrativa e dilatação desnecessária dos prazos do processo licitatório**, sem que houvesse efetiva vantagem para a Administração Municipal. Isso porque o gerenciamento do abastecimento da frota está diretamente vinculado às rotinas operacionais e ao planejamento interno do Município, o que torna mais adequada a condução do procedimento de forma centralizada pelo próprio órgão gerenciador.

3.8.4 Dessa forma, considerando que a contratação se destina exclusivamente ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, e que a realização da IRP não traria benefícios práticos ao processo, **opta-se pela não abertura do procedimento de Intenção de Registro de Preços**, medida que se mostra compatível com o disposto no **Decreto Municipal nº 046/2024**, bem como com os princípios da **eficiência, celeridade e planejamento**, que orientam as contratações públicas.

3.9 O levantamento realizado demonstra que diversos entes públicos adotam essa mesma solução para gestão do abastecimento de suas frotas, utilizando sistemas informatizados integrados que permitem maior controle das despesas, rastreabilidade das operações e otimização da gestão da frota. Como exemplo, destaca-se o procedimento licitatório realizado pelos seguintes Municípios:

- Inimutaba/MG. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE INIMUTABA/MG. **Modalidade:** Pregão – Presencial - Lei 14.133/2021, Art. 28, I. **Edital nº** PR 2/2026. **Id contratação PNCP:** 17694860000175-1-000001/2026.
- Espírito Santo do Dourado/MG. **Objeto:** Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis para uso geral, em atendimento às necessidades do Município de Espírito Santo do Dourado/MG. **Modalidade:** Pregão – Presencial - Lei 14.133/2021, Art. 28, I. **Edital nº** 7/2026. **Id contratação PNCP:** 18675900000102-1-000038/2026.
- Anchieta/SC. **Objeto:** Registro de Preços para abastecimento de combustível (Arla) para suprir as necessidades de abastecimento dos veículos de todas as secretarias integrantes da Administração Pública Municipal de Anchieta/SC, pelo período estimado de 12 meses, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência. **Modalidade:** Pregão – Presencial - Lei 14.133/2021, Art. 28, I. **Edital nº** PR 4/2026. **Id contratação PNCP:** 83024687000122-1-000019/2026.

3.10 Esses exemplos demonstram que o modelo de contratação adotado na presente demanda encontra respaldo em práticas consolidadas na Administração Pública, sendo amplamente utilizado por diversos entes federativos para garantir maior controle, eficiência e transparência na gestão do abastecimento de suas frotas.

3.11 Diante do levantamento realizado, verifica-se que a contratação de empresa especializada para gerenciamento do abastecimento de combustíveis por meio de sistema informatizado com cartão magnético e rede credenciada de postos constitui **prática consolidada na Administração Pública**, sendo amplamente adotada por diversos municípios e órgãos públicos em todo o país. A utilização dessa solução possibilita maior controle das despesas com combustíveis, transparência na execução contratual e eficiência na gestão da frota pública.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; d:

4.1 A presente contratação deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, operacionais e administrativos indispensáveis para assegurar a adequada execução do objeto, garantindo que a solução adotada atenda de forma eficiente às necessidades da Administração Municipal. Nesse sentido, o objeto licitado deverá possuir todas as características mínimas descritas nas especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo os serviços prestados atender integralmente às condições e parâmetros definidos pela Administração, assegurando a qualidade e a efetividade da solução contratada.

4.2 As exigências estabelecidas no edital deverão limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto, em consonância com os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista deverá observar

estritamente o que dispõe a legislação aplicável, evitando restrições indevidas à participação de licitantes aptos à execução do objeto.

4.3 O fornecimento de combustíveis deverá ser realizado por meio de **sistema tecnológico informatizado**, a ser disponibilizado, implantado e administrado pela empresa contratada, mediante utilização de cartões magnéticos, tokens ou tecnologias equivalentes, possibilitando a realização das transações de abastecimento junto à rede de postos credenciados pela contratada em todo o território nacional, especialmente no município sede da contratante e no âmbito do Estado. O sistema deverá permitir à Administração o acesso às informações relativas às operações de abastecimento, possibilitando o gerenciamento e o acompanhamento das transações realizadas pela frota municipal.

4.4 A solução contratada deverá contemplar **todos os veículos automotores pertencentes à frota da Administração Municipal, incluindo aqueles que vierem a ser incorporados durante o período de vigência da ata de registro de preços ou do contrato**, garantindo flexibilidade administrativa e continuidade na prestação dos serviços públicos.

4.5 A empresa contratada será responsável pelo **credenciamento, manutenção e administração da rede de estabelecimentos prestadores do serviço de abastecimento**, os quais deverão estar devidamente aptos a realizar as transações por meio das tecnologias disponibilizadas. Para atendimento às necessidades da Administração, a contratada deverá possuir **rede credenciada mínima composta por, no mínimo, três estabelecimentos aptos ao fornecimento de combustíveis**.

4.6 Caso a contratada não possua rede credenciada suficiente no momento da assinatura do contrato, será concedido o prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura contratual, para a ampliação e adequação de sua rede de estabelecimentos credenciados, de modo a atender às exigências estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

4.7 Sempre que possível, a rede credenciada deverá contar com **postos de abastecimento localizados ao longo das rotas de transporte utilizadas pela frota municipal**, garantindo condições adequadas para o abastecimento e retorno dos veículos à sede da Administração, contribuindo para a eficiência operacional da frota.

4.8 O pagamento dos valores efetivamente consumidos junto aos postos credenciados será de **responsabilidade exclusiva da empresa contratada**, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por eventual inadimplência perante os estabelecimentos integrantes da rede credenciada.

4.9 Os valores cobrados da Administração pelos postos integrantes da rede credenciada deverão corresponder **aos preços praticados à vista**, sendo expressamente vedada qualquer forma de majoração de preços em razão da utilização do sistema de gerenciamento.

4.10 A empresa contratada deverá **comunicar imediatamente à Administração** qualquer situação em que postos integrantes de sua rede credenciada sejam autuados ou interditados pela **Agência Nacional do Petróleo – ANP**, especialmente em razão de irregularidades relacionadas à qualidade dos combustíveis comercializados. Nesses casos, deverá providenciar o credenciamento de novo estabelecimento no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, assegurando a continuidade da prestação dos serviços.

4.11 Os preços dos combustíveis deverão observar como **limite máximo o preço médio de mercado apurado pela ANP**, garantindo que a Administração Pública não realize pagamentos acima dos valores praticados no mercado.

4.12 Os critérios de credenciamento dos postos de combustíveis deverão ser **transparentes, públicos e abertos à adesão de novos estabelecimentos**, permitindo a ampliação da rede credenciada e promovendo maior competitividade e eficiência na execução contratual.

4.13 Os demais requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários à execução da contratação encontram-se detalhados no **Termo de Referência**, documento integrante do processo administrativo, o qual estabelece de forma completa as condições para a adequada prestação dos serviços, em conformidade com as necessidades da Administração Pública.

4.14 **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.14.1 Para a composição do valor estimado da presente contratação, cujo montante total destinado à administração do abastecimento da frota municipal perfaz o valor de **R\$ 3.958,020,00** procedeu-se à definição de um **percentual estimado de desconto** a ser aplicado sobre os preços dos combustíveis, considerando parâmetros técnicos e históricos de contratações anteriores realizadas pela Administração.

4.14.2 Nesse sentido, adotou-se como referência o **percentual de desconto estimado de 0,98 (-2%)**, após cotação de preços estimados. A utilização desse parâmetro busca garantir

coerência metodológica entre os processos licitatórios, bem como assegurar que o valor estimado da contratação esteja alinhado com as condições praticadas no mercado para esse tipo de serviço.

4.4. Assim, considerando o valor total estimado a ser administrado no presente processo, correspondente a **R\$ 3.958,20,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e oito mil e vinte reais)**, a aplicação do **percentual estimado de desconto de 0,98%** resulta em um **valor estimado de desconto de R\$ 79.161,00 (setenta e nove mil cento e sessenta e um reais)**, perfazendo um **valor estimado da contratação de R\$ 3.878,859,00 (três milhões oitocentos e setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais)**.

4.14.3 Importa destacar que o percentual de desconto adotado possui caráter **meramente estimativo**, tendo como finalidade subsidiar a elaboração do orçamento da contratação e estabelecer parâmetro inicial para a disputa licitatória. No certame, que será realizado sob o critério de julgamento de **maior percentual de desconto**, os licitantes poderão apresentar propostas com percentuais iguais ou superiores ao mínimo estabelecido, o que possibilita à Administração obter condições ainda mais vantajosas.

4.14.4 Dessa forma, a definição do percentual estimado de desconto encontra-se devidamente fundamentada em **parâmetros históricos de contratação e nas práticas usuais do mercado para serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis**, garantindo maior segurança na estimativa do valor da contratação e contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da **economicidade, eficiência e planejamento** que regem as contratações públicas.

4.14.5 O valor dos lances será através do valor global, conjunto, os percentuais de desconto deverão constar na proposta da licitante, para que seja possível a verificação do valor proposto.

4.14.6 Exemplificadamente, o cálculo para apresentação e preenchimento da proposta pode ser traduzido por meio das seguintes formulas:

- Opção 01: utilizando o valor global para obtenção da taxa de desconto:

$$PD = \left[1 - \left(\frac{VGP}{VTA} \right) \right] \times 100$$

- Opção 02: utilizando taxa de desconto para obtenção do valor global:

$$VGP = VTA \times (1 - PD)$$

Onde:

VGP = Valor Global proposto pelo licitante

PD = percentual de desconto sobre o preço do combustível (a porcentagem deve ser convertida para um número decimal, ou seja, dividida por 100)

VTA = Valor total a ser administrado

- Obs.: atentar-se aos cálculos, uma vez que o valor global proposto pelo licitante (VGP) sempre deve ser menor ou igual ao valor a ser administrado (VTA); bem como o percentual de desconto apresentado na proposta deve ser igual ou superior ao mínimo estabelecido.
- O percentual de desconto resultante do valor global da proposta será consignado no contrato a ser firmado com o vencedor do certame.

4.15 **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA A GERENCIADORA**

4.15.1 Os serviços a serem contratados compreendem:

A) Contratação de empresa prestadora de serviços especializados com disponibilização de sistema de dados para gerenciamento que **utilize tecnologia de cartão magnético com administração e controle e emissão de relatórios**, para atender a PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS em sua frota veicular e de equipamentos.

B) A gerenciadora deverá disponibilizar dentro do prazo previsto, no mínimo 03 (três) empresas credenciadas na cidade de Deodópolis - MS, no mínimo 03 (três) empresa credenciada no município de Dourados, no mínimo 03 (três) empresa credenciada no município de Campo Grande e no mínimo 01 (uma) no município de Presidente Prudente e no mínimo 01 (uma) no município de Barretos - SP, que atenda o objeto em sua totalidade.

B.1) Justifica-se o credenciamento dos postos nestes municípios pelo fato de viagens para atendimento da população, principalmente nas áreas de Saúde e Assistência Social.

B.2) A empresa deverá apresentar a listagem dos postos credenciados em **até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, devendo apresentar juntamente com os documentos de habilitação Declaração de que credenciará os postos necessários para atendimento, de acordo com este Termo de Referência.

B.3) O credenciamento de rede de postos de combustíveis, com empresas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da prestadora do serviço e que possuam, no mínimo, a estrutura a relacionada no item seguinte;

B.4) A empresa deverá manter a relação de sua rede credenciada atualizada e disponível online para a CONTRATANTE;

B.5) Existência de sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS junto aos postos credenciados;

B.6) A administração quando necessário indicará o credenciamento do fornecedor para melhor atendimento do objeto licitado

C) Disponibilização de sistema de gerenciamento integrado, em condições de oferecer relatórios gerenciais de controle das despesas, assim como de sistemas operacionais para processamento das informações por meio da INTERNET, que permitam a importação para Excel, devendo apresentar relatórios dos abastecimentos realizados semanalmente e/ou mensalmente, constando os dados dos veículos abastecidos conforme os padrões de relatório abaixo:

C.1) Placa e demais dados de identificação do veículo;

C.2) Identificação do usuário;

C.3) Estabelecimento / Município/UF;

C.4) Data e hora;

C.5) Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc.);

C.6) Produto adquirido;

C.7) Quantidade;

C.8) Valor da operação por veículo;

C.9) Identificação do responsável pelo abastecimento;

C.10) Marcação da quilometragem do veículo;

C.11) Valor unitário do produto;

C.12) Valor da compra.

D) Os relatórios gerenciais disponibilizados pela CONTRATADA deverão permitir à CONTRATANTE verificar o consumo de combustível utilizado pela frota, por tipo de combustível, o valor pago por de transação, o histórico do veículo e do usuário, diagnosticar diferenças significativas de consumo de combustível e outros, de forma geral, e individual por veículos e por secretarias.

E) A CONTRATANTE poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação;

F) A CONTRATADA deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa cadastrada no sistema, bem como dos usuários autorizados a registrar os abastecimentos no sistema.

G) Informatização dos dados da vida mecânica dos veículos, tais como: quilometragem, custos, identificação do veículo e respectiva unidade de lotação, datas e horários, tipos de combustíveis, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para a Prefeitura Municipal de Deodápolis.

H) Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a CONTRATADA se obriga a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pela CONTRATANTE, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

I) Prestação de serviço de suporte técnico através de Central de Atendimento, por telefone e Internet, através de ligação 0800 ou 4004, com funcionamento 24 horas/dia.

J) Os insumos a serem fornecidos constam no rol que se segue:

1.1. Gasolina comum;

1.2. Diesel comum;

1.3. Diesel S-10.

K) Os combustíveis deverão seguir as seguintes disposições:

K.1) Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

K.2) A CONTRATADA deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto à regularidade e qualidade dos combustíveis.

K.3) No caso de identificação da adulteração de combustíveis, infrações legais normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a CONTRATADA se obriga a informar de imediato à CONTRATANTE e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.

K.4) Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão se estender irrestritamente à CONTRATANTE.

K.5) Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios e máximos praticados no município de Campo Grande, quando o abastecimento ocorrer na cidade de Deodópolis ou Campo Grande/MS, ou da localidade onde ocorrer o abastecimento, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

K.5.1). Tendo em vista que não há tal informação especificamente para o município de Deodópolis, será utilizado como parâmetro a média do município de Campo Grande/MS.

K.5.2) A CONTRATADA deverá garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para fornecimento de combustíveis, seja equivalente, no máximo, ao preço à vista praticado no momento da transação, conforme a tabela ANP para o Município e para o mês do abastecimento.

K.5.3). A verificação do preço praticado poderá ser feita através de, no mínimo, 3 (três) orçamentos de postos de combustíveis para os municípios que não possuam média obtida através do site da ANP.

K.5.4). A verificação do preço praticado será feita mensalmente, através de média obtida no site da ANP e/ou através de, no mínimo, 3 (três) cotações de preços.

K.6). O preço a ser pago pelo combustível terá como limite o valor praticado à vista no posto credenciado, no momento do abastecimento.

K.7). Serão configurados como abusivos os valores superiores ao máximo praticado por Unidade Federativa divulgado nas tabelas da Agência Nacional do Petróleo ANP – relativo ao respectivo tipo de combustível, conforme alínea "k.5" deste item.

K.8). No caso de configuração de valor abusivo, a CONTRATADA deverá submeter justificativa do preço praticado à CONTRATANTE, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive com o ressarcimento de valores.

K.9) A CONTRATANTE, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela CONTRATADA, configurados abusivos ou não.

L) Todos os estabelecimentos da rede credenciada deverão atender aos requisitos estabelecidos nas Resoluções ANP nº 41/2013 e ANP nº 57/2014, bem como outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

M) Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

N) Deverá realizar, conforme demanda da CONTRATANTE:

N.1) Cadastro de novos veículos e usuários;

N.2) Alteração de registro de servidores e veículos;

N.3) Regularização de transações diversas, necessárias ao bom funcionamento do sistema e do contrato,

N.4) Executar toda e qualquer atividade relacionada com os itens constantes no presente edital e seus Anexos.

O) Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema on-line, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da CONTRATANTE, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

P) CONTRATADA não deverá cumprir os seguintes prazos, podendo tais prazos serem prorrogados mediante solicitação da empresa e prévia autorização da CONTRATANTE, ou a critério da CONTRATANTE, conforme o caso:

ATIVIDADE	PRAZO
Credenciar os estabelecimentos para fornecimento de combustível, conforme Termo de Referência.	5 dias uteis contados da assinatura do contrato

Fornecer a CONTRATANTE dados cadastrais da rede de postos credenciados	
Cadastrar a frota de veículos	30 dias corridos, contados da solicitação
Definir logística da rede de postos credenciados	
Capacitar as partes envolvidas no gerenciamento	
Cadastrar condutores (usuários do cartão)	02 dias uteis, contados da solicitação
Cadastrar novo veículo após sistema implantado	
Fornecer cartões para os usuários	
Fornecer cartões para os veículos	
Entregar segunda via de cartão de veículos ou de usuários	
Prover respostas as demandas formais dos fiscais (ofício)	
Fornecer a relação da rede credenciada atualizada	10º dia de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente (quando o 10º dia for feriado ou final de semana)
Prover respostas as demandas informais dos fiscais e usuários (e-mail, telefone e etc.)	
Solucionar problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizando no atendimento das demandas da CONTRATANTE	48h horas
Solucionar problemas técnicos considerados urgentes	2 horas

Q) sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows Vista/Seven/8/8.1/10 ou superior, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office Vista/Seven/8/8.1/10 ou superior, LibreOffice e BrOffice, ou outro que possa vir ser a utilizado pela CONTRATANTE, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

R) O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.

S) Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, conforme o prazo descrito deste Termo de Referência, devendo realizar treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.

4.16 DA APLICAÇÃO

4.16.1 Os serviços/fornecimentos, objeto da presente contratação serão aplicados nos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Deodópolis MS, quais sejam:

VEICULOS ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLACA	RENAVAM	MODELO
HTO 2861	597809992	FIAT/SIENA ESSENCE 1.6/2013/2014/BRANCA
NRL 9802	1090489150	VW/GOL/2016/2017/BRANCA
PBN 1046	1170640980	VW NEOBUS/ONIBUS/2018/2019/BRANCA
NRL 9I17	1130552605	FIAT MOBI/2017/2018/BRANCA
REW1A35		JEEP RENEGADE – LONGITUDE 1.8 4X2
FLEX		
RWC 5F04		SPIN – ACTIV7 – 1.8 8V ECONO.
HQH7408	773858482	VW/ GOL/SPECIAL/BRANCA
RWC5F04	01303729439	CHEV/SPIN/18LAT PREMIER
RWB7I92	01298386664	FIAT/CRONOS/ DRIVE/1,3
HRW 9304	1173806161	YAMARA/XTZ125/2018

VEICULOS EDUCAÇÃO

PLACA	RENAVAM	MODELO
-------	---------	--------

HTO 2862	997978406	FIAT DUBLO/2014/BRANCA
SMB0B84	01397899139	VW/NEOBUS 8.180E
HQH 8934	980303842	M. POLO/VOLARE/ONIBUS/2008-2009/AMARELO
HQH 7410	00799706167	M. POLO/VOLARE/ONIBUS/2003-2003/PRATA
OOM 6914	1005172380	M BENZ/ONIBUS/2014/AMARELO
EEG 5895	291601740	GM CORSA/2010/2011/CINZA)
NRZ 3746	529843366	M BENZ/ONIBUS/2012/2013/AMARELO
NRZ 3747	529843480	M BENZ/ ONIBUS/2012/2013/ AMARELO
NRZ 3458	508105099	M. POLO/VOLARE/ONIBUS/2012/2013/AMARELO
QAB 5329	1187490188	VW/ONIBUS/2019/AMARELO
NRZ 3459	508230276	M. POLO/VOLARE/ONIBUS/2012/2013/AMARELO
QAB5059	1124589926	M BENZ/ONIBUS/2017/AMARELO
HQH7410	799706167	M. POLO/VOLARE2003/PRATA
QAV4G63	1228101520	M. POLO/VOLARE/2019/2019/AMARELO
QAV4G61	1228145390	M. POLO/VOLARE/2020/2020/AMARELO
QAV4G62	12281101199	M. POLO/VOLARE/2020/2020/AMARELO
QAW7F51	1236410472	IVECO/BUS/2020/2020/AMARELO
QAP0C74	01255422650	VW/NEOBUS/ 2021/AMARELA
QAP0A74	1255952978	VW/NEOBUS/2021/AMARELA
RWC3H91	01302497046	CHEV/SPIN/18L AT PREMIER
RWB7I95	01298391200	FIAT/CRONOS/DRIVE/1.3
RWD4H22	01320175292	NEOBUS 15.190 ESC.- SEC. DE EDUCAÇÃO DO MS.
SMH3G42	01444300382	MARCOPOLO/VOLARE/2025-2025 V9L ON
SMG8D56	01440433620	VW/NEOBUS 8.180E / 2026-2025
SMG8D58	01440434872	VW/NEOBUS 8.180E / 2026-2025
EEG5895	00291601740	GM/CORSA HATCH MAXX / 2010-2011

VEICULOS SEINFRA

PLACA	RENAVAM	MODELO
HSB 0712	894441035	MMC L200/CAMIONETE/2006/2007/BRANCA
HSB 5242	20383783	VW GOL 2010/ BRANCA/ obs. AGRAER
HTO 2I63	1002310960	VW/26.280/CAMINHAO/ 2014/BRANCA
HQH 8085	770159737	MMC L200/CAMIONETE/2001/2002/BRANCA
QAB 5327	1177400216	VW CAMINHAO/2018/2019/BRANCA
HQH 9987	389917885	VW/CAMINHAO/2011/2012/BRANCA
HQH9989	467575878	PEUGEOT/PARTNER/
HRW 9302	1062581846	YAMARA/XTZ 125/2015
HRW9303	1062584055	YAMARA/XTZ 125/2015
FYX3199	RECEITA FEDERAL P. PORÃ.	RENAULT DUSTER DYNAMIQUE 2.0 4X2/2012/12
HTO 1677	381321770	FIAT UNO 2011/2012/ BC/CIDECO/PREF. G. DOURADOS
OMC4888	483325619	FIAT ESTRADA/2013/PRATA/ p física/M. CLAROS MG(RF)REGUL. PARA-BRISA
CPN 9529	747324204	M BENZ/1723/CAMINHAO/2000/AZUL
QAW0A94	1229236900	M. BENZ /ATEGO/BASCULANTE/(AGRAER)
HSE 5275	862599865	MMC L200/2005/PRETA
QAN8952	1177270061	AGRALE/CAMINHAO/2018/2019/BRANCA/(LIXO)
QAY3J34	1248421628	M. BENZ/ACCELO/CAMINHAO/2020/2021/BRANCA
QAZ4B25	1261766692	M. BENZ/ATEGO 2730/BRANCA/2021
REZ3I78	01274760590	M. BENZ/ATEGO1719CL/2021/(LIXO)
REY7D47	0128226339	AGRALE/A8700 I/2022
AMY8A38	0860353176	SCANIA/R124 GA4X2NZ 420/2005
RWB6I99	012976866494	VW/24.280 CRM 6X2/2022/2023
HSU9015	DOF	FORD RANGER/CD4 22H/2015
HTO3E41	DOF	VW/AMAROK/CD 4X4 SE/2013
RWE7E00	01329048781	FIAT ESTRADA/2022/2023
RWE7D98	01329046002	FIAT ESTRADA/2022/2023
HSB5249	00203719026	VW/ GOL/ obs. AGRAER
RWC9H31	013316682738	VW/24.280 CRM 6X2/2022/2023

RWJ6D36	01359148903	CAMINHÃO AGRALE/ MODELO: A 8700 I
JZR6E56	0828814589	VOLVO/MODELO FH12/380/4X2T/2004-2004/REC. FEDERAL
RWH2I25		MÁQUINA REBOQUE TRITURADOR
NRL9883	01130779154	FIAT/MOBI LIKE
PJW6307	01085307724	CAMINHONETE/LARANJA 2015
HTO0197	00252446550	MMC/L200 4X4 GL

GABINETE DO PREFEITO

PLACA	RENAVAM	MODELO
HTO3266	00587144670	FIAT/PALIO/WK/TREKK 1,6/2013/2014 AINDA NÃO REGULAR.
QAB 5323	1158124845	CITROEN/AIRCROSS/2018/2019/BRANCA (CONS. TUTELAR)
HTO 2864	1045176459	FIAT PALIO/2013/2014/BRANCA (CONS. TUTELAR)
BPX 5181	606320148	VW/CAMINHÃO/1991/BC p. física JARINU S PAULO defesa civil
HQH 9777	855216450	FIAT UNO/2005/2006/BRANCA (DEFESA CIVIL)
HQH8F66	785617213	IVECO/FURGAO/BRANCA (DEFESA CIVIL)
HQH7593	740759400	M BENZ/SPRINTER/ 2000/ VERM/ SES.FUND SAUDE/CG (DEF CIVIL)
HQH 9986	309921511	VW/GOL/2011/BRANCA/ 122708170001-69 DEO (TRIBUTAÇÃO)
CWQ5726	0147721946	VW/FOX/PRATA (DEF CIVIL)
LAF3519	00273473271	CAMINHÃO BAÚ/VW 7.100/1994-1995
HSH1I97	DOF	TOYOTA/HILUX/4X4A/2008 (DEF. CIVIL)
HRW9302	01062581846	YAMAHA XTZ125 E (DEFESA CIVIL)
RWB8E15	01298655002	FIAT/CRONOS DRIVE/1.3 2022
IQY6827	00224964364	HONDA FIT EX FLEX/2010 (COMPRAS)
HSH4311	143125982	CHEV/BLAZER/ADVANTAGE/CINZA/2009 ((COMUNICAÇÃO)
RWB9G59	01299633630	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWG1C86	01342259278	I/FORD RANGER XLTCD4A32C
NRZ 8369	1191495717	YAMAHA/XTZ150/2019/PRETA
HSH4311	143125982	CHEV/BLAZER/ADVANTAGE/ 2009
SMI0B95	01449420238	TRAIL BLAZER
HTO2564	1045176459	FIAT/ PALIO
RWB9G55	01299634300	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022(FINANÇAS)

PRODUÇÃO - MÁQUINAS

TRATOR FORD 6630/ano 2000

TRATOR MASSEY FERGUNSON/ MAS7316/MODELO: 2388- 7140/ANO:2022-2022/VERMELHO

TRATOR MASSEY FERGUNSON/ MF-4283/ANO 2018/ MF-4284

TRATOR MASSEY FERGUNSON/ MF-4283/ANO 2018/ MF-4285

TRATOR NEW HOLLAND TL-85/ANO 2002/ TRA8500

TRATOR LS/ MODELO:2940- H145/2021-2022/TRA0145

TRATOR LS/ MODELO:2940- H145/2021-2022/LSH0145

PÁ CARREGADEIRA HUNDAY HL-740/2012/HYU7400

PÁ CARREGADEIRA NEW ROLLAND/MODELO W130B/NEW1300

PÁ CARREGADEIRA XCMG/MODELO LW30KV/CMG3000

ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB/JS200/ ANO 2018/JCB2018

ESCAVADEIRA XCMG/MODELO XE225BR/CMG2222

RETRO ESCAVADEIRA JCB/MODELO 2395/ANO 2022

RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD-406/ANO 2012-NÃO FUNCIONA MAIS

MOTO NIVELADORA CATERPILILAR/ MODELO 120 k/ ANO 2013/PTR1200

MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND/ MODELO TL-85/2008-RG170B/NEW1700

MOTONIVELADORA XCMG GR180/CMG1803

MOTONIVELADORA XCMG GR180/CMG2022

ROLO XCMG COMPACTADOR- PÉ DE CARNEIRO/ CMG1230

CAMINHÃO CAÇAMBA VW PROSSOLO 2022 RWB-61/99

CAMINHÃO CAÇAMBA AGRAER 24.280 RWC-9H31

PATROLA XCMG PROSSOLO 2022

HILLUX CD 4X4 2014 PROSSOLO NRL-8638

STRADA C.S BRANCA PROSSOLO 2020 QAV-6147

GOL G4 AGRAER HSH-5242

VEICULOS SAÚDE

PLACA	RENAVAM	MODELO
NRL9883	1130779154	FIAT/MOBI/2017
HQH9983	184332311	PEUGEOT/ BOX/AMBULANCIA
HQH 9984	196271398	FIAT DUBLO/2010/BRANCA
HRW 9B54	816536473	HONDA/XRL125/2002/BRANCA
HQH 8935	154842206	VW GOL/2009/2010/BRANCA
QAB5325	1164977188	FIAT/FIORINO/2018/AMBULANCIA
HRW9305	1175490951	YAMARA/XTZ 125/2018
HTO2I66	1017133252	FIAT DUBLO1.8/ 2014
NRL9816	1102374609	FIAT/FIORINO/2016
QAB5326	1173182931	FIAT FIORINO/2018
QAB5328	1181413173	RENAULT/MASTER/2019
HQH 8933	976649950	MARCOPOLO/VOLARE/ONIBUS/2008/BRANCA
HQH9988	460011979	VW GOL/2012/SAUDE
NRL9799	01035318447	VW/SAVEIRO AMBULANCIA/2014
HTO2860	557898404	GOL/2013/ 2014/1.6/PRATA
RWB8E16	01298405944	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWB7J00	01298395795	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWB7I90	01298407521	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWB7I93	01298382740	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWB7I86	01298408560	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWB9G52	01299632642	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWB9G60	012996332413	FIAT/CRONOS DRIVE/ 1.3/ 2022
RWD1E66	01317762760	HONDA/ NXR160 BROS/ 2022
RWD1E59	01317764444	HONDA/ NXR160 BROS/ 2022
RWD1E61	01317762662	HONDA/ NXR160 BROS/ 2022
RWD1E65	01317764894	HONDA/ NXR160 BROS/ 2022
RWE5A63	01327345592	HONDA/NEXR1 60BROS/2022
RWE5A68	01327346971	HONDA/NEXR1 60BROS/2022
RWE5A59	01327343379	HONDA/NEXR1 60BROS/2022
RWH4E67	01347121622	I/M. BENZ SPRINTER TCA AMBULÂNCIA/2022-2023
SLW3J37	01367258976	PEUGEOT/EXPERT BUSINESS PACK/2023-2024
HTO0197	SECRETARIA DO ESTADO DO MS	mitsubishi L200 4X4 GL.
SLX2E40	01373268945	I/FPRD TRANSIT TCA MIC/2023-2024
RWF3G26	013333.3938	CHEV/SPIN 18L AT PREMIER
QAB5S328	01181413173	RENAULT/MASTER MBUS L3H2/ 2019-2020
RWB7300	012968395795	I/TVIAT CRONOS DRIVE 1.3
SMCOD78	01410360129	CITROEN/C3AIRCROSS FL 7
SMFOD38	01425650683	RENAULT/MASTER MARIMAR A
RWELEG6T	01347121622	I/MBENZ SPRINTER TCA AMB
SLX2E40	01373268945	I/FORD TRANSIT TCA MIC
HQEB933	C0276649950	MARCOPOLO/VOLARE V8 ON
SMK7I13	01472023789	FIAT/FASTBACK TURBO 200
SMET7G6O	0L447588603	I/FORD RANGER XLSCD2D4A
SMK9H16	01473 641060	CHEV/ONIX PLUS 10TAT LT1
QAB5S328	01181413173	RENAULT/MASTER MAUS L3H2
SMK9H21	01473642830	CHEV/ONIX PLUS 10TAT LT1
SMK9H69	01473637829	CHEV/ONIX PLUS 10TAT LT1
SMK9H71	01473638914	CHEV/ONIX PLUS 10TAT LTZ
SMK9HT75	01473636393	CHEV/ONIX PLUS 10TAT LT1
SMK9IH78	01473641931	CHEV/ONIX 10MT HB
SMK9H80	01473639937	CHEV/ONIX 10MT HB
QARS3I26	01173182931	FIAT/FIORINO TRANSFORM A
SML2G49	01482433459	CHEV/ONIX 10TAT LT1
NRR9816	00475558103	YAMAHA/FACTOR YBR125 K

VEICULOS ESPORTE E CULTURA

PLACA	RENAVAM	MODELO
HQR-9012	317613448	M. BENZ/ 136CV/ONIBUS/BRANCA/1992/1993
HTO 2865	1016873244	FIAT DUBLO/2014/PRATA
NRL5659	00342000993	VW/ KOMBI- RECEITA FEDERAL DE PONTA PORÃ

VEICULOS DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PLACA	RENAVAM	MODELO
HSH 2617	133952029	RENAUT/ LOGAN/PRETA1992/1993

VEICULOS DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PLACA	RENAVAM	MODELO
NRL 8949	01023010914	FIAT PALIO WEEKEND/TREKKING/2014/2015

4.16.2 A CONTRATANTE pode alterar a lista de veículos cadastrados a qualquer momento, acrescentando ou retirando os veículos conforme suas necessidades. A quantidade de veículos do contrato poderá sofrer alterações durante a vigência contratual.

4.17 DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

4.17.1 Para possibilitar o estabelecimento dos quantitativos das necessidades e dos custos relativos, ainda que de forma estimada, foram realizados levantamento de serviços executados e de demandas previstas, sendo estes componentes da planilha de composição de preços.

4.17.2 A princípio, deverão ser cadastrados no sistema veículos e um grupo gerador, localizados conforme a tabela contida no item 4.16.1 deste Termo de Referência. Dos estudos das demandas previstas, considerando as demandas médias anuais, objetivando subsidiar o presente procedimento para efeitos meramente estimativos, chegou-se aos seguintes quantitativos de fornecimento serem adquiridos anualmente:

UNID.	QUANTIDADE TOTAL	SECRETARIA	QUANTIDADE POR SECRETARIA
R\$	R\$ 6.863.800,00.	Fundo de Saúde	800.000,00
		Agência de Habitação	12.000,00
		Agência de Produção	175.000,00
		Esporte Cult. e Turismo	39.000,00
		Fundo de A. Social	1.725.000,00
		Educação	150.000,00
		Defesa Civil	58.320,00
		Infraestrutura	8.700,00
		Gabinete	60.000,00
		Finanças	900.000,00
		Agência de Trânsito	30.000,00

4.18 AS EXPENSAS DA GERENCIADORA FICAM TODAS AS DESPESAS COM:

4.18.1 Disponibilização do local, instalações e todos os equipamentos; Operação de todo sistema incluindo os recursos necessários; Manutenção permanente de todos os equipamentos em suas dependências de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços.

4.19 OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

4.19.1 Implantar os serviços de administração e gerenciamento da manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Deodópolis, que atendam os serviços no prazo máximo de 30 (trinta dias) dias, após a assinatura do contrato;

4.19.2 Os trabalhos de implantação a serem executados pela gerenciadora, referidos no item anterior, compreendem:

- Cadastramento inicial dos veículos e usuários;
- Estudo da logística da rede de atendimento;
- Estrutura de gestão;
- Implantação dos sistemas tecnológicos e
- Treinamento dos usuários.

4.19.3 Dar treinamento aos gestores do sistema, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, bem como orientá-los sobre a correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;

4.19.4 Prestar suporte técnico através de Central de Atendimento, por telefone e Internet, através de ligação 0800 ou 4004, com funcionamento 24 horas/dia;

4.19.5 Reembolsar pontualmente, a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente autorizado, ficando claro que a Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da Gerenciadora;

4.19.6 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela Prefeitura Municipal de Deodápolis quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da gerenciadora.

4.19.7 A empresa gerenciadora se obriga a informar semanalmente ao Setor de Compras da Prefeitura os preços praticados dos combustíveis (Óleo Diesel comum, Diesel S10 e Gasolina Comum), nos estabelecimentos cadastrados para o fornecimento na cidade de Deodápolis/MS.

4.19.8 Manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Deodápolis para representar a gerenciadora na execução do Contrato.

4.20 OBSERVÂNCIA DOS PERCENTUAIS DE DESCONTO EM CONTRATOS VIGENTES

4.20.1 Caso a CONTRATADA possua outros contratos administrativos vigentes com a Administração Municipal, decorrentes de processos licitatórios distintos, deverá observar rigorosamente, na emissão das respectivas notas fiscais, os percentuais de desconto, abatimentos ou condições comerciais específicas estabelecidas em cada contrato ou processo administrativo, aplicando-os de forma correta e individualizada conforme as disposições pactuadas.

4.20.2 A CONTRATADA será integralmente responsável pela correta aplicação dos percentuais de desconto definidos em cada instrumento contratual, não podendo alegar desconhecimento ou equívoco para justificar divergências nos valores faturados. Constatada qualquer inconsistência, erro de cálculo ou aplicação incorreta dos descontos previstos, caberá exclusivamente à CONTRATADA proceder à imediata correção das notas fiscais, bem como à restituição dos valores eventualmente pagos a maior, os quais deverão ser devolvidos às respectivas fontes de recursos de origem, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

4.20.3 O descumprimento do disposto nesta cláusula poderá ensejar a retenção de pagamentos, glosa de valores faturados, aplicação das penalidades contratuais cabíveis e demais providências administrativas, nos termos da legislação vigente e do respectivo contrato administrativo.

V - EXECUÇÃO DO OBJETO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; e:

5.1 LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1.1 A prestação dos serviços objeto da presente contratação ocorrerá por meio de rede de postos de combustíveis credenciados pela empresa contratada, distribuídos no território nacional, com especial disponibilidade no município sede da Administração Municipal e no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal definição se justifica pela natureza do objeto contratado, que consiste na implantação, intermediação e administração de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota municipal, permitindo que os veículos realizem abastecimentos em estabelecimentos previamente credenciados pela contratada.

5.1.2 A necessidade de disponibilidade de postos credenciados no município sede da Administração decorre do fato de que grande parte da frota municipal opera diariamente no âmbito do próprio município, atendendo às demandas das diversas secretarias e órgãos da Administração Pública. Dessa forma, a existência de estabelecimentos credenciados no perímetro urbano garante maior agilidade, eficiência operacional e redução de deslocamentos desnecessários para abastecimento, contribuindo para a otimização do uso da frota pública.

5.1.3 Adicionalmente, a exigência de rede credenciada no âmbito estadual e, sempre que possível, ao longo das rotas utilizadas pelos veículos da Administração, mostra-se necessária em razão das atividades desempenhadas pela frota municipal fora dos limites do município. Destacam-se, nesse contexto, os deslocamentos realizados para transporte de pacientes para atendimentos médicos especializados em outras cidades, viagens administrativas, participação em capacitações e eventos institucionais, bem como atividades operacionais relacionadas às demandas das secretarias municipais.

5.1.4 A adoção de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, com utilização de cartões magnéticos ou tecnologias equivalentes, permite que os abastecimentos sejam realizados diretamente nos postos credenciados, independentemente de contrato individual

com cada estabelecimento, proporcionando maior flexibilidade operacional, controle das transações e rastreabilidade das operações realizadas pela frota municipal.

5.1.5 Dessa forma, a definição do local de prestação do serviço por meio de rede credenciada de postos de combustíveis, com presença no município sede da Administração e em outras localidades estratégicas, revela-se adequada para atender às necessidades operacionais da frota municipal, garantindo eficiência na execução dos serviços, continuidade das atividades administrativas e adequada gestão dos recursos públicos destinados ao abastecimento de veículos e equipamentos da Administração Municipal.

VI - GESTÃO DO CONTRATO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; f:

6.1 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1.1 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar o serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização.

6.1.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.1.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

6.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta;

6.2.3 Prestar a Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários para o cumprimento do contrato;

6.2.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído;

6.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.2.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.3.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço e dos materiais fornecidos, de acordo o Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

6.3.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas o serviço/materiais com avarias ou defeitos, ou que não atendam às exigências previstas no Termo de Referência e Contrato;

6.3.5 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

6.3.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.3.7 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.3.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4 **DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6.5 **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

6.5.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

6.6 **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.6.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa a execução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.6.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante; **II - Multa**:

- **Moratória** de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- **Compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.6.3 A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.6.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.7 Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital.

6.6.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

6.6.9 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.6.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil (indenização suplementar).

6.6.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.6.12 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

6.6.13 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.6.14 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

6.6.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

VII - CRITÉRIO DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; g:

7.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos/serviços com apresentação da Nota Fiscal ou Fatura**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária

7.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

7.9 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.9.1 Considerando a natureza do objeto, **não se aplica a exigência de garantia contratual** prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

8 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; i:

8.1 A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em critérios técnicos, objetivos e compatíveis com a realidade operacional da frota municipal, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.2 Para a definição do quantitativo estimado de combustíveis, foi considerado o histórico efetivamente consumido pela frota municipal durante a execução do Processo Licitatório nº 23/2024, abrangendo o período compreendido entre 01 de abril de 2025 e 31 de março de 2026. Nesse intervalo, registrou-se o consumo total de 446.609,557 litros de combustíveis, sendo 110.830,585 litros de gasolina comum e 335.778,972 litros de óleo diesel S-10, quantitativos que refletem a demanda real dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados pelas diversas Secretarias Municipais no desempenho de suas atividades institucionais.

8.3 Para a composição da estimativa financeira, foram adotados como parâmetros os preços máximos de revenda divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, referentes ao período de 26/04/2026 a 02/05/2026, obtidos por meio de levantamento oficial realizado no Estado de Mato Grosso do Sul. Foram considerados os valores de R\$ 7,29 por litro para gasolina comum, R\$ 7,89 por litro para óleo diesel e R\$ 7,98 por litro para óleo diesel S-10, os quais representam referência pública, atualizada e amplamente utilizada pela Administração Pública para estimativas de contratação relacionadas ao fornecimento de combustíveis.

8.4 A partir da aplicação dos preços referenciais da ANP sobre os quantitativos históricos de consumo, obteve-se o valor bruto estimado da contratação, correspondente ao montante necessário para atendimento da demanda projetada da frota municipal durante a vigência contratual. Tal metodologia assegura maior aderência à realidade de mercado e proporciona parâmetro confiável para a definição dos recursos orçamentários necessários à contratação.

8.5 Considerando que o objeto contempla a prestação de serviços de gerenciamento informatizado do abastecimento da frota, mediante sistema integrado, rede credenciada de postos e ferramentas de controle operacional, a estimativa também levou em consideração a taxa de administração incidente sobre os serviços prestados. Todavia, em observância às práticas consolidadas do mercado e aos resultados obtidos em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, foi efetuada pesquisa de preços mediante análise de atas de registro de preços e contratações correlatas, apurando-se percentual médio de desconto de 0,98% sobre os valores referenciais adotados.

8.6 Dessa forma, aplicando-se o desconto médio identificado na pesquisa de mercado sobre o valor bruto estimado da contratação, obteve-se o valor estimado final de R\$ 3.878.859,60 (três milhões, oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), montante que representa a expectativa de desembolso da Administração para a execução contratual.

8.7 Ressalta-se que o critério de julgamento adotado será o de maior percentual de desconto sobre os valores referenciais definidos pela Administração, admitindo-se inclusive a apresentação de taxa de administração negativa, mecanismo amplamente aceito pelos órgãos de controle e utilizado em contratações dessa natureza, visando ampliar a competitividade e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.8 Por fim, registra-se que a estimativa ora apresentada possui caráter referencial e servirá como parâmetro para fins de planejamento, reserva orçamentária e julgamento da licitação, observando-se integralmente os procedimentos de pesquisa de preços previstos na legislação vigente e nas normas aplicáveis às contratações públicas.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; j:

9.1 As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas nos orçamentos:

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: **PROJETO ATIVIDADE: 4077, 4078, 4082, 4068, 4076. FONTE: 500, 600, 621.**
- AGÊNCIA DE PRODUÇÃO: **PROJETO ATIVIDADE: 4058 - FONTE: 1500.**
- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO: **PROJETO ATIVIDADE: 4051, 4049 - FONTE: 500.**
- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA: **PROJETO ATIVIDADE: 4086 - FONTE: 500.**
- GABINETE DO PREFEITO: **PROJETO ATIVIDADE: 4055 - FONTE: 500.**
- SECRETARIA DE FINANÇAS: **PROJETO ATIVIDADE: 4053 - FONTE: 500.**
- AGÊNCIA DE TRÂNSITO: **PROJETO ATIVIDADE: 2003 - FONTE: 500.**
- FUNDO DE ASSINTÊNCIA SOCIAL: **PROJETO ATIVIDADE: 4114, 4115, 4117, 4118 - FONTE: 500, 660.**
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: **PROJETO ATIVIDADE: 4032 - FONTE: 500, 571, 553.**
- COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL: **PROJETO ATIVIDADE: 4059 - FONTE: 500.**
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO: **PROJETO ATIVIDADE: 4000 - FONTE: 500.**